


A perspectiva de concretização democrática em face a escalada de atos golpistas pela retórica ditatorial brasileira

The prospect of democratic achievement in the face of escalating coup acts by Brazilian dictatorial rhetoric

 <https://doi.org/10.56238/sevedi76016v22023-097>

Alef Felipe Meier

Mestre em Direitos Humanos no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Regional Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Graduado em Direito pela mesma instituição. Advogado. E-mail: aleffelipe93@hotmail.com

Melissa da Rosa Ribeiro

Graduanda do curso de Direito pela Universidade Federal do Pampa Campus São Borja. Membro do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai. Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS. E-mail: melisadarosaribeiro1308@gmail.com

Júlia Corrêa

Graduanda do curso de Ciências Sociais - Ciência Política pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Campus São Borja. Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa Relações de Fronteira: História, Política e Cultura na Tríplice Aliança Brasil, Argentina e Uruguai. E-mail: juliacorrea.prior@gmail.com

João Pedro da Rosa Ribeiro

Graduando do curso de Licenciatura em Ciências Humanas, pela Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja. Bolsista de Iniciação Científica pelo Programa de Desenvolvimento Acadêmico - Universidade Federal do Pampa. Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Políticas Públicas e Territórios Fronteiriços. E-mail: joaopedroribeirognr@gmail.com

Carolina Boles Koinowski

Pós-graduanda Lato Sensu em Direito Público pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, Blumenau/SC. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - Uniasselvi, Indaial. Bacharel em Direito. Assessora recursal pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná/PR. E-mail: carolboles@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo reflete sobre a importância da democracia na universalização dos direitos, de modo que sua conservação se torna cada vez mais significativa. Por meio de uma pesquisa documental, de metodologia hipotético-dedutiva, busca-se a exata compreensão sobre essa reflexão, que estende-se, ainda, aos perigos que a própria democracia hodierna enfrenta, em decorrência de pensamentos antagônicos, sob a batuta de uma escalada de atos golpistas, regidos por uma retórica ditatorial tupiniquim. A preocupação com a concretização democrática se torna mais evidente com a realização de atos antidemocráticos, que são ações alusivas e apoiadas à Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985), período registrado por graves violações dos direitos humanos e ausência de democracia. Portanto, é reforçada a preocupação com movimentos como esses, uma vez que são prejudiciais ao atual sistema democrático brasileiro, especialmente em uma sociedade onde uma parcela ainda ufanisa a Ditadura Civil-Militar. Como consequência, tais atos devem ser vistos com seriedade, sendo necessário instruir a sociedade brasileira e expor o que realmente aconteceu durante os Anos de Chumbo, a fim de efetivar a tríade memória-verdade-justiça.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Ditadura Civil-Militar, Democracia, Retórica ditatorial.

ABSTRACT

This article reflects on the importance of democracy in the universalization of rights, so that its conservation becomes increasingly significant. Through a documentary research, of hypothetical-deductive methodology, the exact understanding of this reflection is sought, which also extends to the dangers that democracy itself faces today, as a result of antagonistic thoughts, under the baton of an escalation of coup d'état acts, ruled by a dictatorial rhetoric. The concern with the concretization of democracy becomes more evident with the realization of

antidemocratic acts, which are actions alluding to and supporting the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985), a period registered by serious human rights violations and the absence of democracy. Therefore, the concern with movements like these is reinforced, since they are harmful to the current Brazilian democratic system, especially in a society where a part of the population still glorifies the Civil-

Military Dictatorship. As a consequence, such acts must be taken seriously, and it is necessary to educate Brazilian society and expose what really happened during the Years of Lead, in order to establish the triad memory-truth-justice.

Keywords: Human Rights, Civil-Military Dictatorship, Democracy, Dictatorial Rhetoric.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, muito tem-se debatido à respeito da democracia em nosso país. Além disso, a perspectiva de concretização da mesma, é um tema que permanece em voga, à partir da escalada de atos golpistas, amparados por uma retórica ditatorial, que busca trazer um sentimento ufanista ao seio da sociedade brasileira.

Diante desta complexidade, possuímos a necessidade de um modelo político que possa suprir as carências político-sociais contemporâneas, para que assim, diante de tantas experiências, o sistema democrático apresente perspectiva de concretização, já que o país como um todo, mal sabe tratar de suas maiores mazelas, à exemplo da abordagem principal proposta por este trabalho, qual seja, a Ditadura Civil-Militar, vivenciada pelos brasileiros entre os anos de 1964 a 1985.

Não bastasse o Golpe imposto pelos militares e parcela da sociedade civil, repressões, sequestros, torturas, estupro, mortes e ocultação de cadáveres se tornaram rotina, através de um sistema estatizado pelo Governo Militar da época. Atos institucionais, a exemplo do AI-5, foram algumas do grande arsenal de armas utilizadas pelos patrióticos “cidadãos de bem” que vestiam farda, ou daqueles que andavam ao lado de quem as usasse. A agressão aos civis era nítida, pois hoje, os porões da Ditadura nos revelam as atrocidades cometidas àqueles que eram taxados como “inimigos internos”.

Hodiernamente, surgem escalonados atos golpistas, sob uma retórica ditatorial, aludida ao infame Regime Militar. Juntando-se a isto, cria-se o temor de que estes movimentos possam trazer cada vez mais, sérias consequências à democracia brasileira, eis que externa fanaticamente a “admiração” pelo sombrio período da Ditadura Civil-Militar. A glorificação desse tempo representa a distorção da verdade real, pois para muitos, há falsa sensação de plenitude naquele período, ainda que a História revele as mais variadas formas de atos violatórios em face aos Direitos Humanos. Assim, por meio de uma pesquisa documental, utilizando o método hipotético-dedutivo, a fim de fomentar diálogo e debates regularmente, para que a existência da democracia nunca mais seja colocada em risco, seja por meio desses atos ou de qualquer outro movimento de cunho antidemocrático.

2 DEMOCRACIA MODERNA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A MANUTENÇÃO DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Visto a embaraçosa realidade das atuais sociedades, com diferentes aspectos englobados, há a necessidade de um sistema político que possa articular o desenvolvimento destas sociedades. “A democracia é a pior forma de governo, exceto por todas as outras formas que foram tentadas de tempos em tempos.” (CHURCHILL, 1947, s.p), o modo sarcástico que o termo democracia é empregado, remete que mesmo após inúmeras experiências, o sistema democrático mostra-se ser o mais promissor, apesar dos desafios enfrentados. Sua existência é vista como vital nas atuais sociedades, pois mostra-se ser a única capaz de ser inclusiva a todos, desta forma, concedendo direitos a todos, o que acaba por ser sua principal diferença em detrimento de outros sistemas políticos. A sua ausência foi vista em diversos momentos, inclusive no Brasil, como por exemplo durante a Ditadura Civil-Militar, o que acabou por conceber pensamentos autoritários, que violam os direitos humanos, que são responsáveis por assegurar a existência plena de todos os indivíduos.

Para a compreensão do tema, é necessário entender a definição de democracia, que tem como ponto central a ideia de direitos universais, como liberdade e igualdade, para que todos possam participar do processo político com plenitude. De modo literal, pode ser considerado como, “[...] o conceito de democracia deve ser estritamente ligado ao domínio do povo, vontade do povo, em nome do povo, governo do povo ou para o povo etc.” (BAPTISTA, 2014, p. 7). Portanto, a democracia tem o dever de atender os anseios daqueles indivíduos que fazem parte de tal sociedade, pois só por meio dela que poderá ser conquistados os direitos fundamentais para existência de cada cidadão, ainda a concretização de mudanças entendidas como necessárias, que devem ser realizadas de forma democrática, incluindo e respeitando às convicções e ideias opostas.

A concepção de democracia, inicialmente originou-se em um contexto histórico totalmente oposto ao que está em vigor atualmente. A palavra “democracia”, tem sua origem derivada da língua grega, sendo assim, originalmente “*demokratia*”, *demos* (povo livre) e *kratos* (poder), ou seja, aquele poder que demanda do povo. Esta concepção, advém durante a Idade Antiga, na Grécia Antiga, sob a ótica da Democracia Clássica, marcando os primeiros princípios democráticos. Neste contexto, a Grécia, não estabelecia-se como um Estado unificado, mas sim como um conjunto de várias cidades independentes, “Com essa atitude inédita ele contribuiu para o despertar da consciência geral no sentido de que a associação dos indivíduos numa cidade-Estado [...]” (FREITAS, 2020, p. 181), conhecida como *polis*. Através desse processo, há o surgimento da ideia de democracia, que manteve-se por algum tempo.

Diante deste contexto, devido à ausência de um Estado, o exercício democrático era realizado de forma direta, sendo exercido por aqueles que eram considerados cidadãos efetivamente. Marcando assim, a primeira experiência de um sistema político articulado coletivamente e baseado em princípios universais, sob a igualdade de direitos entre os cidadãos. Portanto, nesse período a democracia era exercida da seguinte

forma, segundo Robert Dahl, “O governo de Atenas, era complexo – por demais complexo para ser devidamente descrito aqui. Em seu âmago havia uma assembleia, a que todos cidadãos estavam autorizados a participar [...]” (DAHL, 2001, p. 22). Entretanto, face à conjuntura aristocrática da época, a ideia de universalização dos direitos políticos era restrita a alguns grupos sociais, diferentemente de hoje, onde independente das condições sociais dos indivíduos, todos são incluídos no processo democrático.

Visto que ao longo do tempo histórico, surgem diversos conflitos sociais e políticos, gerando transformações significativas, acabando por formar novos modelos de sociedade. Dado ao ponto que a democracia clássica torna-se extinta, dando lugar para outros regimes políticos, como por exemplo na Idade Média, onde houve a ausência de princípios democráticos, em detrimento da centralização de poder em apenas uma só figura, o monarca. Ressaltados por Miguel Gimenez e Sérgio Amaral, sobre este momento histórico, “Neste período a democracia praticamente deixou de ser exercida na sociedade, sendo este fato justificado basicamente por três fatores decisivos, quais sejam: o feudalismo, a monarquia e a forte influência da Igreja Católica Apostólica Romana.” (GIMENEZ; AMARAL, 2012, s.p).

Diante desse contexto, há a rejeição de modelos políticos e sociais como estes, em contraponto há o surgimento de reivindicações liberais, que buscavam sufocar ideias absolutistas, visando a liberdade e o acesso a direitos, para que houvesse a emancipação política dos homens. Assim, o sistema democrático ressurgiu, porém, mostrava-se distinto ao antigo modelo clássico de democracia, as raízes que movem este sistema são bem semelhantes, no entanto divergentes em alguns aspectos.

Sendo assim, nasce a Democracia Moderna, por meio de revoluções liberais. Assim descrita, “[...] deve ser novamente ressaltada as grandes contribuições da Revolução Francesa, pois, apesar de a democracia não ser exercida em sua forma plena, deve-se ressaltar que antes do processo revolucionário ela praticamente não existia.” (GIMENEZ; AMARAL, 2012, s.p). Salienta-se ainda, que devido ao contexto histórico, alguns grupos sociais foram excluídos deste processo, contudo é inegável a grande contribuição que a democracia moderna concedeu às sociedades que as dispuseram.

O marco para o desenvolvimento desse novo modelo de democracia, se dá através da ideia que é fundamental a participação popular no ambiente político, pois é por meio da política que deve ser exercida a vontade geral. O estopim que reflete esse processo, é a “Declaração dos Direitos dos Homens e do cidadão”, visto que transparece o ato de anunciar os direitos dos cidadãos e não conquistar, pois a partir deste momento todos devem ser dignos de possuírem direitos, já que difere-se nesse quesito do antigo sistema democrático, que estes mesmos direitos eram restritos a certos grupos, sendo assim, universalizando o acesso a liberdade e direito a todos. Segundo Luís Edmundo Moraes:

Uma das ideias mais impactantes nesse momento é a noção de *humanidade*, que sugere que há nos seres humanos algo que os faz, por natureza iguais. [...] A partir da noção de humanidade, deixa de haver na natureza algo que justifique que uma comunidade não seja uma associação de indivíduos *iguais e livres*, capazes de decidir as “leis comuns” sob as quais querem viver. [...] Assim, o que passa a dar legitimidade ao exercício do poder é a comunidade, que elege seus representantes para governá-la, e não mais Deus. (MORAES, 2021, p. 18-19)

Ao longo do tempo, a concepção de democracia torna-se ainda mais inclusiva, ou seja, após muitas reivindicações sociais, é garantida a participação daqueles que por alguma questão social foram excluídos do processo democrático, como as mulheres e pessoas negras. Chegando até os dias atuais, onde a participação popular é majoritária, assim tornando todos aptos a participar do processo democrático. Portanto, “Apesar de suas falhas, não devemos perder de vista os benefícios que tornam a democracia mais desejável que qualquer alternativa viável a ela.” (DAHL, 2001, p. 73), assim, a democracia moderna mostra-se tão importante por ser um sistema promissor e ideal para o desenvolvimento pleno dos indivíduos em sociedade. Sendo assim, mostra-se capaz de ser um sistema eficiente para possibilitar a universalização dos direitos para todos os indivíduos, para que possam exercê-los com plenitude.

Embora tudo o que foi dito, referente aos problemas enfrentados pelo sistema democrático, ele ainda demonstra ser o mais promissor e ideal, se levado em consideração o exemplo de outros regimes vistos ao longo do contexto histórico de certas sociedades, baseados no autoritarismo e na violência, inclusive presentes na história do Brasil. Um exemplo claro, foi durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985), período marcado por uma grave ruptura democrática, com tensões políticas e sociais. Conjuntura na qual os militares empossaram-se para si o controle do país, assim, destituindo o presidente eleito democraticamente, João Goulart. Acentuado por Tiago Inácio e Márcia da Silva, “Nesse sentido, a consolidação do autoritarismo e o aumento da repressão política demonstram que aqueles militares assumem o poder político e levam a cabo seus projetos de governar.” (INÁCIO; DA SILVA, 2021, p. 11).

Dado ao ponto do que foi dito, é exemplificado os riscos de modelos políticos com o que ocorreu durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira, devido à gravidade dos acontecimentos. Visto, que regimes com viés regimes autoritários, tem como principal característica a violação de princípios democráticos, que acabam por tornar-se violações dos direitos humanos, transparecendo seu caráter perverso. Independentemente dos graves acontecimentos que ocorreram durante este período, há atualmente o crescimento de movimentos que manifestam-se a favor deste infame regime, que buscam legitimar esse período, similares aos princípios defendidos durante o Regime Militar. Todavia, movimentos como esses despertam preocupações, pois estimulam pensamentos que violam direitos de certos grupos sociais, assim infringindo princípios democráticos. Portanto, devem ser encarados com seriedade, para que haja debates sobre temas como estes e como podem tornar-se nocivos à sociedade brasileira.

3 AS AFRONTAS DEMOCRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS SOB A ÓPTICA SISTEMÁTICA GOVERNAMENTAL

Diante tudo que foi dito, o sistema democrático revela ser o mais promissor, pois só foi através dele que houve a garantia de direitos universais, que possibilitam a existência plena de todos. Entretanto, é expresso a preocupação com movimentos antagônicos à democracia que surgiram recentemente, demonstradas através de atos antidemocráticos. Essa preocupação torna-se mais intensa, quando aqueles

que deveriam preservar as instituições democráticas, fazem parte deste atos. Essas reivindicações têm como óptica central pensamentos herdados da Ditadura Civil-Militar Brasileira, em defesa deste difícil período da história do Brasil. Movimentos com esse tipo de demanda despertam preocupações, pois são relacionados a um momento sombrio da história do país, uma vez que foi palco de diversas violações de direitos.

O Regime Militar brasileiro, surge sob uma conjuntura política internacional complexa, perante a Guerra Fria, tendo como estopim o Golpe Militar que destituiu o Ex-Presidente João Goulart, eleito democraticamente. Dando início a um dos períodos mais graves da história do país, marcado por violência e ausência de direitos a todos, sob pretexto de livrar o país de certos “perigos”. Conforme Boris Fausto, “O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI).” (FAUSTO, 2006, p. 465). Visto que estes mesmo pretexto sobre o fantasma do “comunismo”, é utilizado até os dias atuais como argumento para legitimar discursos e atos perigosos para a democracia brasileira. Portanto, saudações a este período despertam grande preocupação e devem ser veemente repudiados.

As raízes deste movimento são bem complexas, pois elas surgem entorno de circunstâncias abstratas. Durante a década de 2010, sob uma conjuntura de reivindicações populares, contra aquilo que estava se passando no cenário político. Com a explosão das redes sociais, ao longo do processo estas mobilizações tomam proporções gigantescas, englobando diferentes grupos e imposições. Entretanto, o rumo que se tomou, acaba por trazer riscos à democracia brasileira, dado ao ponto que certos grupos ressuscitam ideias favoráveis à Ditadura Civil-Militar Brasileira. Portanto, com o rudimento destes protestos ocorridos no Brasil, uma forte corrente pedindo a volta do Regime Militar floresceu. A utopia que tempo bom era o tempo da Ditadura, fez com que grande número de pessoas crescesse em alguns ideais que não podem fazer parte de qualquer tipo de ordem democrática. Ressaltada pela correspondente da BBC News Brasil, Fernanda Odilla em:

A partir de 2013, grupos como o Movimento Brasil Livre, Vem para Rua e Revoltados On Line ganharam visibilidade por convocar, por meio das redes sociais, manifestações em diferentes cidades. E, em 2015, esses mesmos grupos participaram da organização de novas manifestações, dessa vez pelo impeachment de Dilma Rousseff, contra o PT e a favor da Lava Jato. A esse grupo se juntaram também os que pedem intervenção militar. (ODILLA, 2018, s.p)

Nesse sentido, devido a estas reivindicações e a ausência de resultados que suprisse essas novas necessidades, surgem novas figuras políticas atípicas, que buscam ocupar essa lacuna, que passam a se autodenominar como "apolíticos" ou representantes de uma “nova política”. Em detrimento disso, há a ascensão de uma nova corrente política, trazendo à tona a eleição do Presidente Jair Bolsonaro e de outras figuras políticas semelhantes a ele, no ano de 2018. Segundo o Correio Braziliense, escrita por Israel Medeiros:

Com uma retórica incomum e vestindo uma fantasia de candidato de fora do sistema, contra “tudo isso que está aí”, o então deputado federal Jair Bolsonaro fez algo que era incomum até então: venceu uma eleição praticamente sem tempo de televisão e sem ser impulsionado por grandes e tradicionais caciques da política brasileira. (MEDEIROS, 2021, s.p)

Perante a massa populacional, frustrada com o atual cenário político, a retórica anti-sistêmica é bem vista e passa despercebida, sem levar em consideração os possíveis problemas que esses princípios podem trazer. Todavia, esse tipo de pensamento torna-se perigoso quando não fica evidente qual será o contraponto desta ideia, porventura o sistema democrático entraria em choque com a percepção de “contra tudo o que está aí”.

Nesta proporção, vemos cada vez mais a súplica ufanista dos negacionistas contemporâneos, através de atos pró-intervenção militar e pela consequente volta da Ditadura. Do ano de 2020 para cá, inúmeras manifestações fomentaram esta retórica, tendo como principal avalista o Chefe do Poder Executivo Federal. Não o bastante, a existência de atos antidemocráticos, ainda chegando ao ponto dos próprios membros das instituições democráticas, que deveriam protegê-las, estando engajados nestes movimentos que oferecem risco a democracia brasileira, o que não deixa sombra de dúvidas que o sistema democrático corre um significativo risco de ser atacado. Assim, representados pelas figuras 1 e 2.

Figura 1- Manifestantes em ato com pauta a favor do AI-5 e contra o Congresso



Fonte: Poder360, 2020, s. p.

Figura 2 - Ex-Presidente Jair Bolsonaro discursa em ato com pauta a favor do AI-5 e contra o Congresso



Fonte: Poder360, 2020, s. p.

Corroborando a estes posicionamentos, conforme a pesquisa feita pelo instituto Datafolha nos dias 23 e 24 de junho de 2020, restou indicado que 10% dos entrevistados dizem que, em certas circunstâncias, é melhor uma Ditadura a um Regime Democrático. Ainda, 13% acreditam que não houve uma Ditadura Civil-Militar entre os anos de 1964 a 1985, e outros 10% não sabem dizer se aquele Regime ocorreu ou não. Não bastando, 25% acreditam que o Regime Militar deixou mais realizações positivas que negativas, sendo que 13% dizem não saber. Em que pese, dentre os defensores do atual Presidente da República, 43% dizem que a Ditadura deixou mais marcas positivas em comparação às negativas.

Ademais, um aspecto que influencia tal entendimento acerca da Ditadura Civil-Militar brasileira é a classe social, pois segundo a pesquisa, as pessoas mais ricas “[...] tendem a ser mais favoráveis ao regime militar (36%) do que a média, de 12%” (G1, 2020, s. p.). Neste enredo, o instituto Datafolha “[...] questionou se o entrevistado já ouvir falar em AI-5. As respostas foram: 50% sim; 49% não; 1% não sabe” (G1, 2020, s. p.). Diante do cenário político, econômico e social, criou-se indevidamente uma ideia de que os anos vividos no período ditatorial eram melhores em comparação ao tempo atual. O desconhecimento, esquecimento ou opção de retorno por uma parcela da população brasileira, faz espalhar a ideia que a Ditadura Civil-Militar precisa ser novamente imposta neste país.

Um grande responsável por essas ideias deturpadas sobre o Regime Militar, se dá por raízes autoritárias que se fazem presentes, e também ganham cada vez mais a força de figuras públicas. O atual Governo Federal é a principal ferramenta de voz e autonomia dos negacionistas de plantão, que suplicam e saúdam a volta da Ditadura, visto que em pesquisa realizada também pelo instituto Datafolha, em setembro do corrente ano de 2021:

Um em cada dois brasileiros afirmam que há chances de que o presidente Jair Bolsonaro dê um golpe de estado, de acordo com pesquisa do Datafolha divulgada neste sábado. O levantamento foi realizado na semana seguinte aos atos bolsonaristas realizados em 7 de setembro em todo o país, em meio aos quais Bolsonaro reiterou declarações de cunho golpista em discursos de ataque às instituições, em especial a ministros do Supremo Tribunal Federal. Em resposta estimulada, 30% dos entrevistados disseram que “há muita chance de Bolsonaro dar um golpe de Estado”, ao passo que 20% veem “um pouco de chance”. Para 45%, não há chance de ruptura institucional. Não responderam 6% dos consultados. O levantamento também questionou sobre a probabilidade da volta de uma ditadura no país. Para 20% dos entrevistados, há muitas chances. Outros 31% veem que há “um pouco de chance” de que isso ocorra, ante 45% que dizem não enxergar essa possibilidade e 5% que não sabem. A soma dos que veem alguma possibilidade da volta de um regime ditatorial agora (51%) é a maior desde que a pergunta começou a ser feita pelo instituto, em 2014, e empata tecnicamente com o registrado em outubro de 2018, em meio à eleição presidencial que elegeu Bolsonaro. À época, 50% diziam ver alguma chance de volta da ditadura. (ULTIMOSEGUNDO.IG, 2021, s. p.).

Diante dos dados apresentados, fica evidente o quão recorrente é a pressuposição de uma possível movimentação que localiza-se fora dos limites democráticos. Neste sentido, a realidade mostra que esta ideologia ufanista possui forte e imensa representatividade. Cada vez mais podemos notar a vertiginosa crescente autoritária, através de apoio às pautas antidemocráticas, com o retorno do Regime Ditatorial e

seus perigosos princípios que lhe estruturam, com base em violações, assim como foi visto entre os anos de 1964 a 1985. Logo, representado pela figura 3.

Figura 3 - Pedido de Intervenção Militar nos atos antidemocráticos em 07 de setembro de 2021



Fonte: Folha de S. Paulo, 2021, s. p.

Consequentemente, torna-se evidente a magnitude destas expressivas manifestações, que de alguma forma representam a opinião de parte da população brasileira em relação à Ditadura Civil-Militar Brasileira, independente de quais sejam suas motivações. Portanto, devem ser encaradas com seriedade, pois demonstram um real perigo quanto à democracia brasileira, devido às suas exigências, uma vez que desafiam princípios intransigíveis, como quanto à saudações a Ditadura Civil Militar, um preocupante período da história do país, que foi um espaço de diversas violação de direitos. Desta maneira, essas ideias devem ser rigorosamente reprimidas, pois oferecem um grande risco a sociedade brasileira como um todo.

Mais recentemente, no dia 08 de janeiro de 2023, uma invasão bolsonarista assolou a Capital Federal, em um ataque nunca antes visto na história brasileira, fazendo com que centenas de pessoas, ingressassem criminosamente o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal - STF e o Palácio do Planalto, depredando e vandalizando o patrimônio público. Além disso, uma das “pautas golpistas”, era o pedido de intervenção militar, além do fechamento do STF

Figura 4 – Terroristas em Brasília (Janeiro de 2023)



Fonte: Uol, 2023, s. p.

Desta forma, a assombrosa onda de atos golpistas ganha cada vez mais evidência, tanto no cenário nacional quanto internacional. A recente democracia adquirida após 21 anos em que o país conviveu com o Regime Militar, sofre e se recente de maiores laços e avanços político-sociais para sua efetivação. Outrossim, como visto até o presente momento, faz-se premente a necessidade de cessar a retórica ditatorial, para que uma nova perspectiva de concretização democrática ganhe força, vez e voz, diante do catastrófico cenário atualmente vivido.

4 CONCLUSÃO

Outrossim, ao passo que o corrente ano de 2022 é marcado pela continuação do cenário pandêmico da Codiv-19, vemos que a histórica parcela negacionistas busca desesperadamente minimizar e inverter os fatos em relação ao vírus que assola o planeta e que fez por encerrar a vida dos mais de 05 milhões de mortos até o presente momento. Neste cenário, aqueles que possuem esta atitude tendenciosa consistente na recusa em aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, acabam não apenas contrariando a ciência, mas também se opondo contra a vacina.

Na mesma medida, o ufanismo tupiniquim pelo “fim do comunismo” aos gritos de “intervenção militar já!”, bradando pelo “fechamento do Congresso” e berrando pela “volta da Ditadura”, é cada vez mais corrente. Tais atitudes se estendem ao fato de ser notório que o Brasil é mal resolvido com suas maiores dores, a exemplo da Escravidão e da própria Ditadura.

Nós últimos vimos nosso país ser governado por um grupo de pessoas altamente capazes de a todo o custo negar não apenas a eficácia de uma vacina durante uma das maiores crises sanitárias da história moderna, como também exaltar o Golpe Militar de 1964, que culminou na Ditadura Civil-Militar brasileira. Ao promover e participar de atos antidemocráticos. Onde puderam concretizar a realização de uma tentativa de golpe em janeiro de 2023, contestando as recentes eleições, sob influência de atores políticos que representam à parcela negacionista, nos faz crer que não apenas o simbolismo ao Regime Militar está presente, como também a opção pelo que Giorgio Agamben chama de exceção autoritária.

À vista disso e como sociedade, é salutar que conheçamos, lembremos e relembremos as violações vividas pelos brasileiros por mais de 02 décadas. Bem como, devemos observar, analisar e compreender a verdade histórica que já fora desvendada, além de repudiar e combater o negacionismo que encobre parcela do corpo social contemporâneo, sob o pálio deste clamor ao retorno ditatorial.

Por este motivo, em virtude desta desinformação ou esquecimento, a brutalidade ocorrida na Ditadura Civil-Militar brasileira não pode ficar apenas em livros de história ou em esporádicos debates, que muitas vezes não saem de escolas e universidades. Este assunto, deve ser tratado de forma corriqueira pelos cidadãos, pois atualmente, ainda há quem pense que todo aquele tempo vivido foi bom ou ainda, foi melhor do que os tempos atuais, fazendo corroborar com o enfraquecimento da democracia, na esperança que todo o ocorrido jamais se esqueça, para que nunca mais aconteça.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. Memória Histórica, Justiça de Transição e Democracia sem fim. In: [Orgs.]; Ministério da Justiça; Comissão de Anistia. **REPRESSÃO E MEMÓRIA POLÍTICA NO CONTEXTO IBERO-BRASILEIRO : ESTUDOS SOBRE BRASIL, GUATEMALA, MOÇAMBIQUE, PERU E PORTUGAL**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia ; Portugal : Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.
- BAPTISTA, Conrado Luciano. A democracia Ateniense Clássica. *Revista Filosofia Capital*, 2014. Disponível em: <<http://filosofiacapital.org/ojs-2.1.1/index.php/filosofiacapital/article/view/247>>. Acesso em 19 Fev. 2023.
- CHURCHILL. A pior forma de governo. International Churchill Society, 2020. Disponível em: <<https://winstonchurchill.org/resources/quotes/the-worst-form-ofgovernment/>>. Acesso em: 22 Fev. 2023.
- DAHL, Robert A. Sobre a Democracia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.
- FOLHA DE S. PAULO. Atos bolsonaristas no 7 de Setembro desafiam autoridades entre coibir ou tolerar paulas golpistas, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/atos-bolsonaristas-no-7-de-setembro-desafiam-autoridades-entre-coibir-ou-tolerar-pautas-golpistas.shtml>>. Acesso em: 22 Fev. 2023.
- FREITAS, Ricardo. A Democracia Ateniense e seus Tribunais: O Julgamento dos Delitos na Polis Democrática. *Revista Caderno de Direito e Política*, 2020. Disponível em: <<https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/cadip/article/view/1393/1003>>. Acesso em: 23 Fev. 2023.
- GIMENEZ, Miguel Coca; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. Aspectos Evolutivos da Democracia: do Surgimento a Democracia-Liberal. *Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo*, 2012. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/3935/3698>>. Acesso em 23 Fev. 2023.
- G1.com. Datafolha: 75% apoiam democracia e 78% dizem que regime militar foi ditadura, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/27/datafolha-75percent-apoiam-democracia-e-78percent-dizem-que-regime-militar-foi-ditadura.ghtml>>. Acesso em 25 Fev. 2023.
- INÁCIO, Tiago Viesba Pini; SILVA, Márcia da. O Regime Militar Brasileiro e o Autoritarismo: uma revisão sobre a institucionalização da repressão política e a “Democracia Controlada”. *Research, Society and Development*, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24088>>. Acesso em: 25 Fev. 2023.
- MEDEIROS, Israel. Bolsonaro da eleição de 2022 será diferente do que disputou em 2018. *Correio Braziliense*, 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/11/4961259-bolsonaro-da-eleicao-de-2022-sera-diferente-do-que-disputou-em-2018.html>>. Acesso em 27 Fev. 2023
- MORAES, Luís Edmundo. História Contemporânea. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

ODILLA, Fernanda. 5 anos depois, o que aconteceu com as reivindicações dos protestos que pararam o Brasil em junho de 2013?. BBC News Brasil, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>>. Acesso em 19 Jan. 2023.

PODER360. Bolsonaro discursa em ato com pauta a favor do AI-5 e contra o Congresso, 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-discursa-em-ato-com-pauta-a-favor-do-ai-5-e-contra-o-congresso/>>. Acesso em 30 Jan. 2023.

ULTIMOSEGUNDO.IG. 51% dos brasileiros acreditam que Bolsonaro pode tentar golpe, aponta Datafolha. 2021. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2021-09-18/bolsonaro-golpe-datafolha.html>>. Acesso em: 23 Fev. 2023.

UOL. Terroristas bolsonaristas invadem e depredam Congresso, Planalto e STF. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/bolsonaristas-congresso-policia.htm>>. Acesso em: 27 Fev. 2023.